

ANTÓNIO MANUEL MARQUES

Estudos da masculinidade e teoria feminista

Os estudos sobre os homens e sobre a masculinidade hão-de cruzar-se, em algum momento, com a teoria feminista e com o feminismo. A partilha de algumas raízes teóricas e sociais, interrogações fundamentais e alguns posicionamentos ideológicos e epistemológicos torna esse encontro inevitável e potencialmente produtivo, mas não deve ser casual, uma obrigação ou mero alinhamento ideológico, sem reflexão prévia ou decisão deliberada.

Como orientação para desta reflexão, partilho com Judith Gardiner (2002a) a curiosidade sobre o modo como as teorias feministas configuram os estudos sobre a masculinidade e como os contributos destes as modificaram. Para uma apreciação geral acerca desta relação, tomo como ponto de partida a avaliação dessa autora quando a classifica como *assimétrica, interativa e mutável* (op.cit., p.2).

Em momentos e com orientações e princípios distintos, as teorias feministas terão contribuído para dar visibilidade às situações de desvantagem das mulheres e sustentar formas de ação transformadoras. Tem havido, sobretudo, um esforço para introduzir transformações ideológicas, institucionais e relacionais para *minimizar as categorias de género* (Gardiner, 2005, p.35). Esse esforço tem uma história.

O início da relação entre a teoria feminista e o estudo da masculinidade

O legado dos movimentos de libertação das mulheres dos anos 60 e 70 do Século XX acentuou a oposição entre feminismo e masculinidade (Gardiner, 2002a). Desde o início da década de 70 do Século XX, o ressurgimento do movimento de defesa dos direitos das mulheres clamou pelo reconhecimento da igualdade cívica entre mulheres e homens, pela não subordinação da feminilidade face à masculinidade (Amâncio, 2003a, 2004; Ergas, 1995; Foster, 1999; Segal, 1995, 2001).

Deste posicionamento, pelo menos nesse momento histórico, ressalta a focalização nas instituições e ideologias que foram alimentando e materializando um universo humano constituído por grupos baseados nas diferenças de sexo, aos quais seⁱⁱ associariam, de forma argumentada e materializada, direitos diferentes. Claramente, aos homens caberia o favoritismo e a supremacia e, logo, às mulheres, uma situação de subalternidade e de vivência da injustiça. Deve, então, dizer-se que a teoria feminista tem na sua base a discussão em torno dos homens e da masculinidade, ou, de forma mais radical, o combate contra estas duas entidades, pelo seu protagonismo na criação e uma situação especificamente desigual e desvantajosa para as mulheres. Contextualizada temporalmente, é fácil compreender a saliência desta concepção dual da relação entre os sexos e da discussão acerca da assimetria entre ambos. Em termos emergentes e prioritários, e até pelo acumular de movimentos e discussões em torno desta temática, há plena justificação para tal cenário e para as estratégias adoptadas

(Ergas, 1995; Segal, 1995). As primeiras teorias feministas eram, assim, basicamente defensivas, atribuindo responsabilidade aos homens pela desapropriação de direitos às mulheres e pela manutenção da assimetria evidente (Gardiner, 2005, p.36).

Ainda que identificando o peso da cultura nos modos de agir dos homens, foi-lhes imputada a responsabilidade direta na organização social que lhes garantia essa posição de superioridade. Salvas as originalidades das diferentes orientações teóricas (Ergas, 1995; Nogueira, 2001; Petersen, 2003; Segal, 1990), a focalização comum no protagonismo dos homens, na chamada Segunda Vaga do feminismo, cria espaço para questionar que homens estão, afinal, em causa. Judith Gardiner (2005, p.36) resume bem esta ligação entre a teoria feminista e a definição da masculinidade enquanto área de estudo ao afirmar que a misoginia criou a teoria feminista e esta ajudou a criar a masculinidade. Através desta dinâmica, impulsionou-se a busca dos fundamentos das disparidades entre homens e mulheres e, ao mesmo tempo, essas reflexões originaram o questionamento da primazia e vantagem dos homens (Petersen, 2003).

Os chamados *estudos sobre as mulheres*, inicialmente constituídos nas universidades norte-americanas, criaram um conjunto de académicos aderentes à teoria feminista e, por outro lado, foram inspiradores dos estudos sobre os homens e sobre a masculinidade. Neste último caso, o feminismo e a teoria feminista foram encarados como suporte para a delimitação de um domínio do saber e para a ação social e política (Gardiner, 2005).

Os estudos académicos sobre a masculinidade dos anos de 1970 a 1980 desenvolveram-se sob a dependência algo conflitual das teorias feministas, embora em ligação institucional com os departamentos ou grupos dos estudos sobre as mulheres e programas de estudos de género (Brod, 2002; Thomas, 2002). Estes estudos sobre os homens não foram aceites, desde o seu início, pelas feministas, chegando estas a ridicularizar a sua constituição como ramo do conhecimento e a sua institucionalização académica (Gardiner, 2005).

Na década de 1990, enquanto os movimentos masculinistasⁱⁱⁱ procuravam restaurar os tempos de dominação absoluta masculina sobre as mulheres e as teóricas feministas continuavam a investir no sentido oposto, os estudos do género foram integrando as teorias *queer*, bem como a masculinidade enquanto foco teórico de interesse (Garlick, 2003; Wiegman, 2002). O pensamento sobre o género viria, pois, a complexificar-se e a integrar outros elementos conceptuais e ideológicos e de intervenção política.

Quando se questiona a inevitabilidade da relação entre o corpo sexuado e o género (Amâncio, 1994, 2003a, 2003b; Butler, 1990, 1993; Connell, 1994, 1995; Laqueur, 1992), a manutenção das análises e da ação política centradas na bipolaridade mulher-homem pode ser encarada como contendo elementos contraditórios. Ou seja, ao insistir-se que a questão essencial reside na relação desequilibrada inter-sexos, assume-se a homogeneidade dos grupos ou categorias sexuais e, logo, o primado do fundamento biológico das diferenças (Foster, 1999). Há, portanto, necessidade de desconstruir essa ligação entre sexo e género, como sintetiza Lúcia Amâncio (2003a, p.707):

“A perspectiva desconstrutivista rompeu definitivamente com a concepção do género como atributo dos homens e das mulheres concretos e tornou visível a confluência da cultura, da linguagem, das práticas e das instituições para a sua construção. Do ponto de vista das

formas e conteúdos em que esta assenta, a centralidade da norma heterossexual e a assimetria dos significados emergem como elementos estruturantes.”

Os discursos que acentuam o peso da cultura no modo como, a partir do corpo sexuado, se constroem dispositivos psicológicos, normas, ritos e instituições sociais genderizados

permitem envolver tanto as mulheres como os homens^{iv}, enquanto objetos dessa ação socializadora. Pelo menos no chamado *feminismo liberal*, nas décadas de 1960 a 1980, a equidade entre homens e mulheres é sempre vislumbrada como meta a atingir, agindo, sobretudo nos planos legislativo (Gardiner, 2005), para instituir planos de igualdade, mas também nos processos de educação e de socialização das crianças, uma via para garantir um futuro de equilíbrio e de equidade entre sexos (Ergas, 1995; Nogueira, 2001).

Sob este pensamento, as interrogações ganham um sentido horizontal e transversal, questionando como os processos de construção dos indivíduos e das sociedades minam as possibilidades de se cumprirem os ideais de cidadania. O questionamento dos direitos e privilégios de cidadania não concedidos às mulheres continuou presente na teorização e intervenção feministas e estendeu-se aos estudos sobre a masculinidade (Gardiner, 2005). Esta dinâmica, diz Gardiner (2002a), acarreta alguma complicação, mas também bastante riqueza, ao movimento feminista, aos estudos sobre o género e sobre a masculinidade. Terá sido por esta altura que os últimos entraram num período de maturação e de relativa independência, influenciados pelas teorias *queer*, pelo pós-estruturalismo, pelos estudos pós-coloniais e étnicos e pelos feminismos (Gardiner, 2002a; Kimmel & Messner, 1995).

Os estudos sobre a masculinidade terão conquistado uma posição de aceitação consensual em vários temas (Berggren, 2014; Gardiner, 2002a). Apesar de substancialmente minoritários, em termos de número de pesquisas, face aos estudos sobre as mulheres e aos estudos de género mais centrados nas mulheres e na feminilidade, é aceitável falar de uma implementação segura dos estudos sobre os homens e da masculinidade (Gardiner, 2002a).

Feminismo e masculinidade: entre o antagonismo e o consenso

Vale a pena recuar e relembrar o efetivo antagonismo (fundamentado) entre a masculinidade e as teorizações e os movimentos feministas. As objecções feministas à masculinidade resumem-se, na óptica de Gardiner (2002a), a duas formas de pensamento. Numa delas, a masculinidade é associada aos modos de ser dos homens – incluindo a agressão e a competição – as quais, pela sua institucionalização, reforçarão a dominação dos homens face às mulheres, ou seja, a masculinidade como a antítese dos objectivos do feminismo.

Por outro lado, esta recusa feminista em aceitar a masculinidade dirige-se também para o próprio conceito, por este ser *uma entidade dúbia e inconsistente* (op.cit., p.3). Nesse caso, a estratégia necessária deve minar o sistema de género, de modo a que este deixe de presidir à organização das sociedades e das instituições (Lorber, 1988; Maccoby, 1998). Assim, nesta óptica menos radical, o foco de atenção não deverá ser a dicotomização entre os homens e as mulheres mas, antes, a grande diversidade intra-categorias.

Aquela a que Gardiner (2002a, p.4) chama *segunda vaga de antagonismos* entre o feminismo e a masculinidade é, na sua óptica, o resultado de uma oposição mútua. Não está somente em causa a reação básica e escarnejadora dos homens ao feminismo dos anos 1960 e 70, mas um movimento organizado e reunido em torno de ideais saudosistas, de engrandecimento de um passado de supremacia masculina, motivado pelo desejo de melhorar a condição dos homens, minimizando a opressão das mulheres (Thomas, 2002). Esses movimentos masculinistas expressaram a necessidade de defender os homens dos ataques das mulheres e do feminismo, pois estes colocavam em causa os seus traços naturais e direitos ancestrais, daí a necessidade de subestimar, atacar e denegrir o feminismo e a teoria feminista (Gardiner, 2005).

Enquanto jornalista, Susan Faludi (1991) encontrou discursos de lamentação acerca da *crise dos homens*, muitos deles apontando diretamente para os efeitos nefastos do feminismo nos EUA. Ela considera que esta crise (se existe) não tem ligação direta com a *ascensão feminina* e que, por isso, os homens deveriam questionar a cultura predominante, em lugar de aspirar a um *status quo* passado e supostamente benéfico.

Opõe-se, assim, à ideia de que, para melhorar a situação das mulheres, haja necessidade de piorar a dos homens; raciocinar desta forma binária, defende, não é o melhor caminho. Tal como diz Faludi (op.cit.), para que ultrapassem a crise, supostamente real, os homens deveriam preocupar-se em ser humanos, em lugar de insistirem em não perder a masculinidade. O contramovimento de homens pró-feministas concorda que a organização tradicional e rígida do género é desvantajosa para homens e mulheres e que é possível alterar as situações de dominação, o que terá contribuído para combater ou atenuar as estratégias misóginas e masculinistas (Gardiner, 2002a; Newton, 2002). A argumentação e as práticas destes movimentos de homens pró-feministas assentam na defesa de que a supremacia masculina não afecta apenas as mulheres mas também muitos homens subordinados, razão pela qual, enquanto homens, devem apoiar o feminismo (Connell, 1995; Gardiner, 2002a, 2002b, 2005; Kimmel, 1996, 2000; Thomas, 2002).

O conceito de masculinidade hegemónica e as análises que este permite têm, neste contexto, um papel importante. Pelo seu enorme potencial de disseminação e pelas suas ramificações a diferentes níveis da organização social e do quotidiano, a masculinidade hegemónica afectará negativa e profundamente as mulheres e muitos homens (Connell, 1995, 2000, 2001, 2002; Kimmel, 2000), o que faz dela uma espécie de inimigo comum e o combate contra ela um objectivo supra-ordenado para feministas e pró-feministas. O reconhecimento de que alguns homens também vivenciam a posição de vítimas, o mal-estar, a inibição, a restrição e a imposição que advém da masculinidade (Gardiner, 2002a; Kimmel, 2000; New, 2001; Robinson, 2000; Segal, 1990, 2001) aproxima, claramente, as feministas e os pró-feministas.

Um desafio partilhado pela teoria feminista e pelos estudos da masculinidade advém da integração do pós-modernismo e das teorias *queer*, os quais têm insistido no carácter socialmente construído do género e da sexualidade (Wiegman, 2002). Ainda que vantajosos, esses contributos não podem, em contrapartida, deixar de abalar o pensamento puramente binário, assente nas categorias de homem e de mulher, de masculino e feminino, o que dificulta e questiona, em parte, a mobilização teórica e política em torno do género. Por essa razão e basicamente, as questões fundamentais que se colocam aos estudos feministas e aos estudos sobre a masculinidade dizem respeito à conceptualização dessas categorias, às possibilidades de articulação das suas interdependências e conflitos mútuos e aos efeitos dos homens e das masculinidades nos homens e nas mulheres e das mulheres e das feminilidades nos homens (Gardiner, 2002a).

Frequentemente, no contexto mais específico dos estudos sobre a masculinidade, é expresso um clima de ansiedade devido à situação de *dependência ambivalente e antagonismo* face ao feminismo, à masculinidade hegemónica, aos estudos *gay*, lésbicos e *queer* (Gardiner, 2002a, p.9). Poderá pensar-se na hipótese de se ter instalado um clima de suspeição mútua ou, pelo menos, de não estar ainda clarificado e espaço a ocupar pelos estudos da masculinidade, a crescer à lenta aproximação dos homens ao tema. As observações recolhidas junto de homens académicos por Judith Newton (2002) apontam para a sua relutância em assumir o papel de ‘visitantes’ ou de terem de falar para mulheres, pois estariam convictos de que, para as feministas, jamais estarão à altura e na posição certa para se envolverem nos seus temas e objetivos. Para Gardiner (2005), o pensamento feminista terá beneficiado dos contributos teóricos e empíricos dos estudos sobre a masculinidade, os quais permitiram aprofundar a complexidade das assimetrias, o conhecimento acerca da diversidade de contextos e de instituições em que o género tem especial saliência. Indicadores importantes são, na sua análise, o número de livros dos estudos sobre as mulheres e os dos estudos sobre os homens que partilham premissas feministas centrais, o interesse comum pelas diversas facetas da opressão social e pelas hierarquias da dominação e, ainda, o facto da teoria feminista citar cada vez mais os autores e as autoras que estudam a masculinidade e vice-versa.

Numa óptica positiva, enfatizando o caminho percorrido pelas teorias feministas e pelos estudos da masculinidade, convirá aceitar que esta não é nem estática nem monolítica, mas o produto de processos com resultados diversos nos indivíduos, grupos, instituições e sociedades. Com efeito, existem formas hegemónicas e dominantes de masculinidade que procuram insistentemente defender a sua estabilidade, naturalidade e permanência (nomeadamente através de representações nos *media* e de performances individuais e colectivas), anulando a diversidade das masculinidades e a sua construção histórica e social. Defendo, por isso, que a cooperação entre as teorias feministas e os estudos da masculinidade é viável e desejável, dos pontos de vista político e intelectual, pois os diferentes pontos de partida localizados (*standpoints*) e as trocas mútuas representam enriquecimento. É justo afirmar que as teorias feministas e a sua consideração prática e concreta nas sociedades contemporâneas tiveram e continuam a ter um efeito efetivo nas formas de pensar e de organizar a vida e as instituições, afectando diretamente as mulheres e os homens (Gardiner, 2005).

Possivelmente, a curta duração, em termos relativos, desta discussão e a natureza profunda do seu conteúdo explicarão o aparente equilíbrio e acalmia entre o feminismo e o estudo da masculinidade. Estão em causa, essencialmente, mais de trinta anos de história e de movimentações sociais e académicas, pelo que podemos estar num domínio ainda efervescente e com inúmeros aspectos por clarificar. Tanto no senso comum como no mundo académico, as representações sociais associadas ao feminismo, nas suas formas substantiva ou adjetiva e frequentemente injustas e desadequadas, assinalarão a presença de um tema com alguns aspectos por debater e aprofundar⁷. Identifico-me com os princípios essenciais que aproximam a teoria feminista e os estudos sobre a masculinidade, expressos, sob a forma de aspiração, por Conceição Nogueira (2001, p.243) através das seguintes palavras⁸:

“O activismo feminista para além de promover a vida das mulheres e trabalhar para uma sociedade mais justa, deverá atribuir um valor elevado quer a homens quer a mulheres, procurando analisar a forma como os processos e práticas sociais constroem as escolhas de todos”.

São esses constrangimentos, de uns e de outras, que apoiam a resistência das práticas geradoras de desigualdade e que justificam o investimento na identificação de estratégias eficazes de mudança.

Referências

- Almeida, M. V. (1995). *Senhores de Si. Uma interpretação antropológica da masculinidade*. Lisboa: Fim de Século.
- Amâncio, L. (1994). *Masculino e Feminino. A construção social da diferença*. Porto: Edições Afrontamento.
- Amâncio, L. (2003a). *O género nos discursos das ciências sociais*. *Análise Social*, xxxviii(168), 687-714.
- Amâncio, L. (2003b). *Implicações teóricas e epistemológicas dos estudos de género para a teoria feminista*. *Faces de Eva*, 9, 29-34.
- Amâncio, L. (2004). A(s) masculinidade(s) em que-estão. In L. Amâncio (Ed.), *Aprender a Ser Homem. Construindo masculinidades* (pp. 13-27). Lisboa: Livros Horizonte.
- Berggren, K. (2014). *Sticky masculinity post-structuralism, phenomenology and subjectivity in critical studies on men*. *Men and Masculinities*, 17(3), 231-252.
- Brod, H. (2002). Studying masculinities as superordinate studies. In J. K. Gardiner (Ed.), *Masculinity Studies & Feminist Theory. New directions* (pp. 161-175). New York: Columbia University Press.
- Butler, J. (1990). *Gender trouble: feminism and the subversion of identity*. New York: Routledge.
- Butler, J. (1993). *Bodies that matter: on the discursive limits of "sex"*. New York: Routledge.
- Carmo, I., & Amâncio, L. (2004). *Vozes Insubmissas. A história das mulheres e dos homens que lutaram pela igualdade dos sexos quando era crime fazê-lo*. Lisboa: Publicações Dom Quixote.
- Connell, R. W. (1994). Psychoanalysis on masculinity. In H. Brod & M. Kaufman (Eds.), *Theorizing Masculinities* (pp. 11-38). Thousand Oaks: Sage Publications.
- Connell, R. W. (1995). *Masculinities*. Cambridge: Polity Press.
- Connell, R. W. (2000). *The Men and the Boys*. Cambridge: Polity Press.
- Connell, R. W. (2001). The social organization of masculinity. In S. M. Whitehead & F. J. Barrett (Eds.), *The Masculinities Reader* (pp. 30-50). Cambridge: Polity Press.
- Connell, R. W. (2002). *Gender*. Cambridge: Polity Press.
- Connell, R. W., Hearn, J., & Kimmel, M. S. (2005). Introduction. In M. S. Kimmel, J. Hearn & R. W. Connell (Eds.), *Handbook of Studies on Men and Masculinities* (pp. 1-12). Thousand Oaks, California: Sage Publications.
- Ergas, Y. (1995). O sujeito mulher. O feminismo dos anos 1960-1980. In G. Duby & M. Perrot (Eds.), *História das Mulheres no Ocidente* (Vol. 5, pp. 579-607). Porto: Edições Afrontamento.
- Faludi, S. (1991). *Backlash. The underclared war against American women*. New York: Crown Publishers.
- Fonseca, A. J. M. S. (1998). *A Identidade Masculina segundo Robert Bly: o paradoxo entre o real e o imaginado*. Tese de Mestrado, Universidade Aberta, Lisboa.
- Foster, J. (1999). An invitation to dialogue. Clarifying the position of feminist gender theory in relation to sexual difference theory. *Gender & Society*, 13(4), 431-456.
- Gardiner, J. K. (2002a). Theorizing age with gender: Bly's boys, feminism, and maturity masculinity. In J. K. Gardiner (Ed.), *Masculinity Studies & Feminist Theory. New directions* (pp. 90-118). New York: Columbia University Press.
- Gardiner, J. K. (2002b). Introduction. In J. K. Gardiner (Ed.), *Masculinity Studies & Feminist Theory. New directions* (pp. 1-29). New York: Columbia University Press.

- Gardiner, J. K. (2005). Men, masculinities, and feminist theory. In M. S. Kimmel, J. Hearn & R. W. Connell (Eds.), *Handbook of Studies on Men and Masculinities* (pp. 35-50). Thousand Oaks: Sage Publications.
- Garlick, S. (2003). What is a man? Heterosexuality and the technology of masculinity. *Men & Masculinities*, 6(2), 156-172.
- Haenfler, R. (2004). Manhood in contradiction. The two faces of straight edge. *Men and Masculinities*, 7(1), 77-99.
- Kimmel, M. S. (1996). *Manhood in America: a cultural history*. New York: Free Press.
- Kimmel, M. S. (2000). *The Gendered Society*. Oxford: Oxford University Press.
- Kimmel, M. S., & Messner, M. (1995). Introduction. In M. S. Kimmel & M. Messner (Eds.), *Men's Lives* (3 ed., pp. xiii-xxiii). Boston: Allyn & Bacon.
- Laqueur, T. (1992). *La Fabrique du Sexe. Essai sur le corps et le genre en Occident*. Paris: Gallimard.
- Lorber, J. (1988). Using gender to undo gender: a feminist degendering movement. *Feminist Theory*, 1(1), 79-95.
- Maccoby, E. E. (1998). *The Two Sexes: growing up apart, coming together*. Cambridge, Massachusetts: Belknap Press of Harvard University Press.
- Marques, A.M. (2011). *Masculinidade e Profissões: discursos e resistências*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian / Fundação para a Ciência e a Tecnologia.
- New, C. (2001). Oppressed and oppressors? The systematic mistreatment of men. *Sociology*, 35(3), 729-748.
- Newton, J. (2002). Masculinity studies: the longed for profeminist movement for academic men? In J. K. Gardiner (Ed.), *Masculinity Studies & Feminist Theory. New directions* (pp. 176-192). New York: Columbia University Press.
- Nogueira, C. (2001). *Um Novo Olhar sobre as Relações Sociais de Género. Feminismo e perspectivas críticas na Psicologia Social*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian / Fundação para a Ciência e a Tecnologia.
- Petersen, A. (2003). Research on men and masculinities. Some implications of recent theory for future work. *Men & Masculinities*, 6(1), 54-69.
- Riley, S. (2001). Maintaining power: male constructions of 'feminists' and 'feminist values'. *Feminism & Psychology*, 11(1), 55-78.
- Robinson, S. (2000). *Marked Men: white masculinity in crisis*. New York: Columbia University Press.
- Segal, L. (1990). *Slow Motion: changing masculinities, changing men*. London: Virago Press.
- Segal, L. (1995). A feminist look at the family. In J. Muncie, M. Wetherell, M. Langan, R. Dallos & A. D. Cochrane (Eds.), *Understanding the Family* (pp. 295-321). London: Sage Publications.
- Segal, L. (2000). *Why Feminism?* New York e: Columbia University Press.
- Segal, L. (2001). The belly of the beast: sex as male domination? In S. M. Whitehead & F. J. Barrett (Eds.), *The Masculinities Reader* (pp. 100-111). Cambridge: Polity Press.
- Thébaud, F. (1995). A Grande Guerra. O triunfo da divisão sexual. In G. Duby & M. Perrot (Eds.), *História das Mulheres* (Vol. 5, pp. 31-93). Porto: Edições Afrontamento.
- Thomas, C. (2002). Reenfleshing the bright boys; or, how male bodies matter to feminist theory. In J. K. Gardiner (Ed.), *Masculinity Studies & Feminist Theory. New directions* (pp. 60-89). New York: Columbia University Press.
- Wiegman, R. (2002). Unmaking: men and masculinity in feminist theory. In J. K. Gardiner (Ed.), *Masculinity Studies & Feminist Theory. New directions* (pp. 30-59). New York: Columbia University Press.

ⁱ Este texto resulta da adaptação de parte de um capítulo da minha Tese de Doutoramento (Marques, 2011), editada pela Fundação Gulbenkian e pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia, as quais a autorizaram explícita e formalmente.

ⁱⁱ Relativamente à chamada Primeira Vaga do feminismo, sobretudo europeu, ver Isabel do Carmo e Lígia Amâncio (2004) e, para uma panorâmica mundial, Françoise Thébaud (1995) e ainda o contributo de Conceição Nogueira (2001, p.131 ss).

ⁱⁱⁱ Ver, a este propósito, as reflexões de Caroline New (2001) e de Ross Haenfler (2004) acerca destes movimentos, como *Promise Keepers*, *Million Man March*, *Mythopoets*.

Ver também em Lígia Amâncio (2004, p.16-7) a análise dos fundamentos e do impacto da obra do neoconservador e masculinista Robert Bly (*Iron John: A book about Men*), datada de 1990, e a Dissertação de Ana S. Fonseca (1998), completamente focalizada na análise dessa obra.

^{iv} Ou, como diz Miguel Vale de Almeida (1995, p.130), (...) “*um corte nas metáforas verticais de estrutura, hierarquia ou níveis*” (...).

^v Isabel do Carmo e Lígia Amâncio (2004, p.11) sintetizam essa necessidade ao referirem a uma forma de posicionamento ideológico ainda difundido: “Feminismo, palavra maldita. Um termo que suscita reacções indignadas, risos ou um presunçoso comentário de que “isso já passou de moda””. No entanto, em clara contradição, os valores feministas têm sido socialmente incorporados, enquanto as feministas e o movimento feminista são vulgarmente rejeitados (Riley, 2001).